London
Blomquist
Rua...
Tel: (11) 2248-1111
Fax: (11) 2248-1111

Flórida
Rua...
Tel: (11) 2248-1111
Fax: (11) 2248-1111

Brasília - DF
Rua...
Tel: (61) 2248-1111
Fax: (61) 2248-1111

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2015

Ilma Sra. Diretora
Conselho Federal de Odontologia
Rio de Janeiro, RJ

Ata: Dr. Altina Diana M. Rodrigues
Presidente

Relatório de Auditoria do Exercício
Fundo em 31 de dezembro de 2014 do Conselho
Regional de Odontologia do Estado da Acre - AC

Prezada Senhora,

Em virtude dos exames de auditoria realizados, observando sempre prazos mínimos, do trabalho de auditoria findo em 31 de dezembro de 2014, realizados no período de 17 a 21 de agosto de 2015, foram efetuados o levantamento de todas as contas, bem como verbas contábeis e demonstrações financeiras para o exercício de 2014, bem como durante a aplicação

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA - AC
RELATÓRIO DE AUDITORIA
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

A finalidade do estudo e avaliação da contabilidade é estabelecer uma base em que se apoia para a documentação, extrair e realizar a restrição oportuna dos testes de auditoria a serem aplicados.

As observações e observações apresentadas têm também, por finalidade contribuir para o aperfeiçoamento dos controles internos e procedimentos contábeis, de modo a proporcionar à administração da Entidade, maior segurança sobre as transações realizadas e respectivas contabilizações, bem como a guarda, proteção e valor dos ativos, cujos comentários já foram apresentados à Entidade com V. Ssa, e não implicam em críticas ou censura quanto ao desempenho funcional ou integridade pessoal dos funcionários e responsáveis, bem como, que os aspectos aqui destacados deverão ter sido regularizados quando da recepção do mesmo.

Colocando-me a inteira disposição de V. Ssa, para quaisquer esclarecimentos adicionais sobre a matéria objeto do presente, aguardamos-vos.

Cordialmente,

LONDON BLOMQUIST
AUDITORES INDEPENDENTES
CRC RJ-003057/1

Nova Iguaçu, RJ

CRC RJ-23.417-1-59-1.658-2-87

Loudon Blomquist

50
ANOS

Matriz
São Paulo - SP

Rua Senador Paulo Egídio, 72 – Conj. 1.009 – Sé
São Paulo – SP – CEP: 01.006-904
E-mail: loudonsp@loudon.com.br
Tel.: (11) 3104-8303/3101-7782
Fax: (11) 3104-3420

Filial
Rio de Janeiro - RJ

Av. Pres. Vargas, 509 – 3ª andar – Centro
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20.071-003
E-mail: secretaria@loudon.com.br
Tel.: (21) 2509-8658
Fax: (21) 2242-7212

Escritório
Brasília - DF

SCS – Quadra 06 – Bl. A – Conj. 402
Edifício Carioca – Brasília – DF – CEP: 70.325-900
E-mail: projetos@loudon.com.br
Tel.: (61) 3225-0120 / 3963-0705

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2015.

Ilmos. Srs. Diretores
Conselho Federal de Odontologia
Rio de Janeiro - RJ

At.: Dr. Ailton Diogo M. Rodrigues
Presidente

Ref.: Relatório de Auditoria do Exercício
Findo em 31 de dezembro de 2014 do Conselho
Regional de Odontologia do Estado do Acre –AC

Prezados Senhores,

Em decorrência dos exames de auditoria especial, observando escopo predeterminado, do balanço do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, realizados no período de 17 a 21 de agosto de 2015, apresentamos o resultado de nossos trabalhos, bem como nossos comentários e recomendações sobre procedimentos contábeis e de controles internos, observados durante a aplicação de testes, conforme descritos no Anexos III e IV.

A finalidade do estudo e avaliação do controle interno é estabelecer uma base em que se apoia para a determinação, extensão e realização oportuna dos testes de auditoria a serem aplicados.

As recomendações e observações apresentadas têm também, por finalidade contribuir para o aperfeiçoamento dos controles internos e procedimentos contábeis, de modo a proporcionar à administração da Entidade, maior segurança sobre as transações realizadas e respectivas contabilizações, bem como a guarda, proteção e valor dos ativos, cujos comentários já foram apresentados e discutidos com V. Sas., e não implicam em críticas ou censura quanto ao desempenho funcional ou à integridade pessoal dos funcionários e responsáveis, bem como, que os aspectos aqui destacados já poderão ter sido regularizados quando da recepção do mesmo.

Colocando-nos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais sobre a matéria constante do presente, subscrevemo-nos,

Cordialmente,

LOUDON BLOMQUIST
AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-RJ-000064/F-8

Noel Luiz Ferreira
Sócio

CRC-RJ-23.317-T-SP-1.458-S-RJ

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA – AC
RELATÓRIO DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO DE 2014

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em Reais)

ANEXO I

	31/12/2014	31/12/2013
<u>Ativo Circulante</u>	707.716	66.929
Disponível	701.106	11.740
Credores a Curto Prazo – Dívida Ativa	108.177	
Demandas Cíveis a Curto Prazo	127	4.379
<u>Ativo Não Circulante</u>	999.351	999.358
BALANÇO PATRIMONIAL	999.351	999.358
ANEXO I		
<u>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</u>	1.209.365	1.043.386
ANEXO II		
<u>COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES (CONTÁBIL)</u>		1.051
ANEXO III		
<u>COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES (RH)</u>		1.752
ANEXO IV		
Obrigações Trib. Previd e Assist a Pagar		1.752
Demandas Obrigações a Curto Prazo		2.300
<u>Patrimônio Social</u>	1.209.365	1.041.334
Total do Passivo	1.209.365	1.043.386

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA - AC
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em Reais)

ANEXO I

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<u>Ativo Circulante</u>	209.710	46.028
Disponível	101.106	41.749
Créditos a Curto Prazo – Dívida Ativa	108.477	-
Demais Créditos a Curto Prazo	127	4.279
<u>Ativo Não Circulante</u>	999.358	999.358
Imobilizado	999.358	999.358
Total do Ativo	<u>1.209.068</u>	<u>1.045.386</u>
<u>Passivo Circulante</u>	-	4.052
Obrigações Trab. Previd e Assist a Pagar	-	1.752
Demais Obrigações a Curto Prazo	-	2.300
<u>Patrimônio Social</u>	1.209.068	1.041.334
Total do Passivo	<u>1.209.068</u>	<u>1.045.386</u>
<u>SUPERÁVITOS DO EXERCÍCIO</u>	367.735	(31.805)

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA - AC
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERAVIT/DEFICIT PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

ANEXO II

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<u>RECEITAS</u>	<u>668.628</u>	<u>472.525</u>
Contribuições Sociais	200.945	146.806
Emolumentos com Inscrições	16.862	8.333
Emolumentos com Expedição de Carteiras	5.188	2.856
Receitas Diversas de Serviços	9.505	7.391
Juros de Mora sobre Anuidades	3.045	2.817
Juros e Correção Monetária sobre Poupança	-	583
Auxílio para Desenv. Ativ. de Fiscalização - CFO	261.064	242.000
Receita da Dívida Ativa - Anuidades	130.730	44.976
Receita da Dívida Ativa - Multas	2.589	871
Receita da Dívida Ativa - Juros	22.750	13.662
Receita não Identificada	963	603
Receitas Diversas - Saldo Exercícios Anteriores	14.987	1.627
<u>DESPESAS</u>	<u>500.893</u>	<u>504.330</u>
Remuneração de Pessoal	58.766	57.087
Encargos Patronais	24.745	22.979
Benefícios a Pessoal	3.046	1.612
Consumo de Material	12.585	11.312
Diárias Civil - Funcionários, Conselheiros e Convidados	147.893	126.766
Serviços de Terceiros - P. Física	10.725	9.823
Serviços de Terceiros - P. Jurídica	144.105	189.635
Taxa sobre Serviços Bancários	7.565	5.162
Impostos e Taxas	1.952	106
Cota Parte CFO	89.511	79.419
Custas Judiciais	-	429
<u>SUPERAVIT/DEFICIT DO EXERCÍCIO</u>	<u>167.735</u>	<u>(31.805)</u>

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA - AC
RELATÓRIO DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO DE 2014

ANEXO III
COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES (ÁREA CONTÁBIL)

I - ATIVO CIRCULANTE

1 - DISPONÍVEL

Composição:

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo dessa rubrica apresentava a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>RS</u>
Bancos Conta Movimento	21.805
Bancos Conta Arrecadação	79.301
Total	101.106

Trabalhos Efetuados:

- Efetuamos circularização bancária diretamente às Instituições Financeiras.
- Nossos trabalhos basearam-se no confronto dos extratos bancários, posição 31 de dezembro de 2014, com os registros contábeis e as conciliações bancárias existentes, bem como toda a documentação necessária.

1.1 - Bancos Conta Movimento

<u>Descrição</u>	<u>Razão</u>	<u>Extrato</u>	<u>Dif</u>
Banco do Brasil - 80349-6	21.805	21.914	109
Total - RS	21.805	21.914	109

Comentários:

Os testes foram satisfatórios. O saldo constante no extrato bancário está de acordo com os registros contábeis. A diferença refere-se a cheque pendente ao final do exercício debitado pelo Banco em 13 de janeiro de 2015.

1.2 - Bancos Conta Arrecadação

<u>Descrição</u>	<u>Razão</u>	<u>Extrato</u>	<u>Dif</u>
Banco do Brasil c/c 41.296-1	79.301	79.301	-
Cartão Cielo	1.992	870	1.122
Total - R\$	81.293	80.171	1.122

Comentários:**1.2.2 - Cartão Cielo**

Saldo representativo de parcelas a receber do pagamento com cartão de crédito em 31 de dezembro de 2014. Já regularizado em 2015.

Conclusão:

Em razão dos exames acima realizados, concluímos que os saldos bancários estavam devidamente controlados e registrados no balanço de 31 de dezembro de 2014, contudo, sugerimos para uma melhor demonstração, que os valores a receber do pagamento parcelado do cartão de crédito sejam registrados em Créditos a Receber.

2 - CRÉDITOS A CURTO PRAZO

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo dessa rubrica apresentava a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>R\$</u>
Dívida Ativa – Fase Administrativa	108.477
Total	108.477

Comentários:

Valor referente contribuições a receber, decorrente do inadimplemento dos associados, referente ao exercício de 2014.

3- DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A RECEBER DE CURTO PRAZO

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo dessa rubrica apresentava a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>R\$</u>
Devedores da Entidade	127
Total	127

Comentários e Conclusões:

Valor pendente desde exercícios anteriores, deverá ser regularizado no decorrer do ano de 2014, conforme informação do setor contábil.

II – NÃO CIRCULANTE

1 - DÍVIDA ATIVA

O CRO- AC contabilizou em “Créditos a Curto Prazo” o valor do inadimplemento relativo ao ano de 2014, relativo à cobrança em fase administrativa, deixando de registrar o restante da Dívida Ativa a receber dos profissionais e empresas, correspondentes aos demais exercícios, cujo montante em 31 de dezembro 2014 era de R\$ 325.717, com inclusão de juros e multas por atraso com a seguinte composição:

	Ano	RS
	2010	75.990
	2011	67.721
	2012	113.489
	2013	68.517
TOTAL	Total	325.717

Os saldos mencionados estão desatualizados, pois foram obtidos de relatórios emitidos pelo CFO ao final dos referidos exercícios, carecendo, portanto, de um levantamento detalhado, com o expurgo dos créditos já recuperados e os incobráveis, mediante à atualização dos cadastros dos associados, e implantação de um sistema de gerenciamento e cobrança das anuidades em atraso.

Embora o Conselho já realize, não dispõe de estrutura necessária para uma efetiva cobrança, devido à falta de pessoal e de transporte adequado, pois só possui um veículo antigo (2006) e sem motorista.

Conclusão:

A receita gerada pelas contribuições a receber, referente aos exercícios anteriores, somente tem sido reconhecida no resultado do exercício, por ocasião do efetivo recebimento, ou seja, pelo critério conhecido como regime de caixa.

Cabe ressaltar, entretanto, a necessidade de constituição de provisões para perdas de arrecadação, com estimativas em níveis de ordem crescente de riscos, baseado nos índices obtidos, anualmente, na recuperação da dívida ativa.

2 – ATIVO PERMANENTE

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo desta rubrica estava demonstrado como segue:

	31/12/2013	Adições	31/12/2014
Bens Móveis	187.675	-	187.675
Veículos	66.320	-	66.320
Máquinas, Motores e Aparelhos	87.311	-	87.311
Insígnias, Flâmulas, Brasões e Bandeiras	898	-	898
Biblioteca e Fitoteca	355	-	355
Mobiliário em Geral Utens. de Escritório	32.377	-	32.377
Equipamentos Diversos	414	-	414
Bens imóveis	811.683	-	811.683
Edifícios	791.157	-	791.157
Benfeitorias	20.526	-	20.526
TOTAL R\$	999.358	-	999.358

Comentários:

Conforme se verifica o patrimônio do Conselho não sofreu qualquer alteração, permanecendo o mesmo do exercício anterior, contudo, não foram regularizados os registros das aquisições lançadas indevidamente em despesas, como também, não estornaram os valores lançados erroneamente no custo de alguns bens, apontados em nossa Auditoria anterior, conforme demonstramos a seguir

a) Aquisições registradas em despesas do exercício

Data	Descrição	R\$
03/06/2013	Impressora Epson	707
25/09/2013	Impressora Samsung	1.072
29/10/2013	Celulares	1.728
	Total	3.507

b) Despesas registradas no custo do Patrimônio.

Descrição	R\$
<u>Veículos</u>	
Manutenção de veículo	237
<u>Mobiliário em Geral</u>	
Material de escritório	1.608
Total	1.845

Conclusões:

- Verificamos que os bens patrimoniais não são depreciados. Esse procedimento contraria as práticas contábeis estabelecidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.
- O Conselho não adota sistema de registro e controle individual dos bens do ativo imobilizado, integrado ao sistema contábil, necessário para o cálculo das depreciações.
- O CRO-AC não realizou levantamento dos bens patrimoniais, conforme recomendação em Auditoria anterior, é necessário, portanto, a elaboração de um inventário físico para o devido ajuste e implantação no SISPAT. Segundo informações serão tomadas providências para a solução, todavia, carece o Conselho de pessoal para a realização do trabalho e de recursos para a contratação de empresa especializada.

III - PASSIVO**1 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E FISCAIS**

Todos os impostos, contribuições fiscais e trabalhistas foram recolhidas por antecipação, ao final do exercício, devida a prática de férias coletivas no mês de dezembro de 2014.

2 - PROVISÕES A CURTO PRAZO

O Conselho, até o exercício findo de 2014, não vinha adotando a prática de constituição de qualquer tipo de Provisão, tais como, férias, encargos de férias, 13º salário e outras, uma vez que a Lei 4320/64 não prevê a constituição das provisões por razões de fontes orçamentárias, entretanto, a utilização do regime de caixa, fere as normas e princípios contábeis previsto na Resolução do CFC nº 750/93, Art. 9º, bem como, o disposto na NBC TI6.5 – Registro Contábil.

A contabilidade nos informou que a partir do exercício de 2015 serão contabilizadas as provisões para ficarem em consonância com as normas contábeis de forma que as demonstrações financeiras da Entidade reflitam a realidade dos fatos ocorridos.

IV - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

<u>Descrição</u>	<u>RS</u>
Saldo em 31/12/2013	1.041.334
<i>Superavit do Exercício</i>	167.734
Saldo em 31/12/2014	1.209.068

Comentários

Conforme demonstrado acima, o Conselho obteve um superávit de R\$ 167.734, devido ao auxílio financeiro recebido do CFO, no valor de R\$ 261.064 durante o exercício, pois sua arrecadação, conforme balanço orçamentário foi insuficiente na cobertura dos custos administrativos, apresentando um descaixe de R\$ 197.656.

Diante dos fatos observados, no decorrer de nossos exames, apontamos a seguir alguns pontos, que julgamos terem afetados ou que deixaram de ser considerados na composição do Patrimônio Líquido.

- Provisões para férias não registradas no encerramento de 2014.
- Depreciação dos bens patrimoniais não é praticada pelo Conselho.
- Registro contábil do montante da Dívida Ativa atualizada, a ser apurada mediante levantamento.

V - RECEITAS

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo dessa rubrica apresentava a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>RS</u>
Contribuições Sociais	200.945
Emolumentos com Inscrições	16.862
Emolumentos com Expedição de Carteiras	5.188
Receitas Diversas de Serviços	9.505
Juros de Mora sobre Anuidades	3.045
Auxílio Desenvol. Atividades de Fiscalização - CFO	261.064
Receita da Dívida Ativa - Anuidades	130.730
Receita da Dívida Ativa - Multas	2.589
Receita da Dívida Ativa - Juros	22.750
Receita não Identificada	963
Receitas Diversas - Saldo Exercícios Anteriores	14.987
Total	668.628

1 - ARRECADÇÃOTrabalhos Efetuados e Comentários

De posse do controle de cobrança bancária mensal das anuidades fornecido pelo CFO, e os extratos bancários, confrontamos os valores mensais das receitas com os registros contábeis obtendo resultados satisfatórios.

Verificamos, também, que os valores recebidos, referente às anuidades em atraso, estão sendo contabilizados direto para receita, uma vez que não existe registro contábil da provisão de Dívida Ativa.

2 – AUXÍLIO PARA DESENVOLVIMENTO ATIV. FISCALIZAÇÃO

Valor recebido do CFO como auxílio financeiro para o CRO, na cobertura dos custos necessários ao desenvolvimento de suas atividades de fiscalização.

3 – RECEITAS DIVERSAS – EXERCÍCIOS ANTERIORES – R\$ 14.987

Receitas do ano de 2013, referente arrecadação do Banco do Brasil, só repassadas no decorrer do exercício de 2014 pelo CFO.

VI – DESPESAS

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo dessa rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	Valor - R\$	R\$
Remuneração de Pessoal	58.766	58.766
Encargos Patronais	24.745	24.745
Benefícios a Pessoal	3.046	3.046
Consumo de Material	12.585	12.585
Diárias Civil - Funcionários, Conselheiros e Convidados	147.893	147.893
Serviços de Terceiros - P.Física	10.725	10.725
Serviços de Terceiros - P. Jurídica	144.105	144.105
Taxa sobre Serviços Bancários	7.565	7.565
Impostos e Taxas	1.952	1.952
Cota Parte CFO	89.511	89.511
Total	500.893	500.893

1 - DESPESAS DE PESSOAL**Trabalhos efetuados**

Valores confirmados mediante exame das folhas de pagamento e demais documentos comprobatórios que julgamos necessários, com resultados satisfatórios.

2 – COTA PARTE - CFO**Trabalhos efetuados**

De posse do controle de arrecadação mensal, verificamos que o valor de R\$ 89.511 cobrado pelo CFO, ou seja, 1/3 do valor das anuidades recebidas está devidamente registrado na contabilidade.

3 – SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICATrabalhos efetuados

Examinamos, aleatoriamente, cerca de 71% da documentação comprobatória das despesas do CRO-AC na cobertura de gastos, com diárias, serviços de terceiros, impostos e demais itens de custeio, durante o exercício de 2014, conforme quadro a seguir, obtendo resultados satisfatórios, demonstrando, assim, que as mesmas estão devidamente controladas e referem-se as atividades inerentes ao Conselho.

Relação das Contas Selecionadas		Valor - R\$		
Código	Nomenclatura	No Período	Analizado	%
3.3.1.1.1.01	Artigos de Expediente	3.408	3.040	89,20%
3.3.1.1.1.02	Artigos e Material para Higiene	2.755	2.755	100,00%
3.3.1.1.1.03	Material para Manut. Bens Móveis	2.510	1.940	77,30%
3.3.2.1.1.01	Diárias Civil - Funcionários	15.204	12.354	81,25%
3.3.2.1.1.02	Diárias Civil -Conselheiros	129.553	81.089	62,59%
3.3.2.3.1.02	Serviços Jurídicas - Energia Elétrica	9.399	9.210	97,99%
3.3.2.3.1.04	Serviços Internet e Telefonia em geral	28.399	18.103	63,75%
3.3.2.3.1.12	Despesas Miúdas de Pronto Pgto	13.654	8.777	64,28%
3.3.2.3.1.16	Festividades Recepções e Hosped.	7.370	7.370	100,00%
3.3.2.3.1.19	Serviços de Assessoria Contábil	19.258	16.999	88,27%
3.3.2.3.1.20	Serviços de Assessoria Jurídica	18.605	16.218	87,17%
3.3.2.3.1.99	Outros Serviços e Encargos	25.153	18.200	72,36%
TOTAL		275.267	196.055	71,22%

VII – LIVRO DIÁRIO

O livro Diário estava encadenado, mas sem registro junto aos órgãos competentes.

VIII – DCTF – OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS DA PESSOA JURÍDICA

Entendemos que está dispensada de apresentação “as Autarquias e as Fundações Públicas Federais instituídas e mantidas pela Administração Pública Federal” ... (vide IN RFB nº 1.258/12).

Todavia, há controvérsias desse entendimento, vez que o CFO/CROs não são mantidos pela Administração Pública Federal.

O CRO-AC não vem apresentando as DCTFs mensais.

IX – LICITAÇÕES

Não foram realizadas aquisições durante o exercício de 2014.

X - SEGUROS

Tanto a sede como os veículos do CRO-AC estão devidamente segurados dentro do prazo de vigência.

XI - CONCLUSÃO FINAL

Considerando o exposto no decorrer deste relatório, evidenciamos, a seguir, os principais pontos, que julgamos merecer a atenção de V.Sas.:

1 - DÍVIDA ATIVA

Faz-se necessário a realização de um levantamento para ajustar e contabilizar o saldo da Dívida Ativa em contrapartida de Variações Patrimoniais relativo aos exercícios anteriores ao ano de 2014. Com a adoção dessa prática o controle do recebimento e provisão de anuidades e demais receitas do Conselho passarão a ser demonstrados livres de distorções. Cabe ressaltar, entretanto, a necessidade de constituição de provisões para perdas de arrecadação, com estimativas em níveis de ordem crescente de riscos, baseado nos índices obtidos, anualmente, na recuperação da dívida ativa.

2 - BENS PATRIMONIAIS

Sugerimos que o CRO-AC providencie levantamento físico de todos os seus bens, efetuando a identificação individual dos itens, avaliações, grau de recuperação e implantação no SISPAT, necessário para o cálculo e registro das devidas depreciações, bem como, controlar devidamente seu patrimônio.

3 - PROVISÕES

Ausência de provisões de férias, no encerramento do exercício de 2014.

4 - DEMAIS CRÉDITOS A RECEBER A CURTO PRAZO**Devedores da Entidade – R\$ 127**

Saldo remanescente de exercícios anteriores, referentes a adiantamentos pendentes de liquidação, que deverão ser regularizados no decorrer do ano de 2015, conforme informação obtida do setor contábil.

5 - LIVRO DIÁRIO

Providenciar o registro do Livro Diário do exercício de 2014, que já se encontra encadernado.

6 - IMOBILIZADO

Não foram regularizados os registros das aquisições lançadas indevidamente em despesas, como também, não estornaram os valores lançados erroneamente no custo de alguns bens, apontados em nossa Auditoria anterior, conforme mencionamos no Capítulo II – Item 2 do presente relatório.

XII – RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O Balanço Orçamentário, segundo art.102 da Lei nº 4.320/64, é a demonstração contábil que evidencia as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, possibilitando conhecer o resultado orçamentário do exercício, sendo positivo é denominado de “Superávit” ou negativo de “Déficit”.

Observa-se na tabela abaixo que a execução orçamentária e financeira do exercício de 2014, devidamente aprovada em Assembleia Geral, apresentou um *Superavit* no montante de R\$ 63.408, sendo que a arrecadação da *Receita Prevista*, atingiu cerca de 95,00 % da previsão. Com relação às despesas orçamentárias, foi realizado cerca de 98,62 % do total previsto, autorizado no orçamento, dessa forma o *Superavit Orçamentário* foi de aproximadamente 11,23%.

Receitas	Previstas	Realizadas	%	Despesas	Previstas	Realizadas	%
Correntes	403.990	303.238	75,06	Correntes	421.799	500.894	118,75
Aux.Financ.	190.000	261.064	137,00	Capital	86.091	0,00	
Total	593.990	564.302	95,00	Total	507.890	500.894	98,62
					<i>Superavit</i>	63.408	11,23

Mesmo não tendo a entidade uma quantidade expressiva de empregados, bem como um grande volume de serviços do departamento de pessoal, recomendamos que uma análise seja procedida com o objetivo de otimizar uma reestruturação para uma melhor informatização da área, para que se possam utilizar todos os recursos disponíveis no mercado, no sentido de agilizar e manter mais atualizado os dados pertinentes à área.

Tendo em vista a grande demanda que advém com o e-social onde as informações são disponibilizadas no sistema nacional, passando nos órgãos participantes do projeto, o acesso simultaneamente, para fins tributários, previdenciários, fiscais e de geração de títulos.

A partir do comprometimento firmado em 2013 para os órgãos de administração direta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como suas autarquias e fundações.

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA - AC
RELATÓRIO DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO DE 2014
ÁREA DE RH / DP

ANEXO IV

COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES (ÁREA RH / DP)

Realizamos, junto à área de Recursos Humanos da Entidade, exames em base de testes acerca da observância dos procedimentos trabalhistas, previdenciários e de segurança e medicina laboral, bem como do cumprimento de obrigações acessórias e respectivos prazos legais, tendo como base a folha de pagamento do mês de dezembro de 2014.

Muito embora, nossos exames tenham evidenciado que os controles existentes no departamento de pessoal são elaborados de forma eficaz e com zelo, detectamos casos de não atendimento de normas previstas na CLT – alguns dos quais já abordados em nosso relatório anterior - que tornam a Instituição vulnerável a autuações em eventuais inspeções fiscais e/ou ônus decorrentes de processos judiciais.

Outrossim, desejamos deixar consignado que nossas considerações não implicam em crítica ou censura quanto ao desempenho funcional dos responsáveis pelos setores auditados.

Aproveitamos, também, para agradecer a presteza e solicitude com que nos agradeceram todos os colaboradores durante a execução de nossos trabalhos.

01 - PROVISÃO DE FÉRIAS

Constatamos que o CRO-AC não vem realizando a provisão das férias e dos seus respectivos encargos mensalmente. Fomos informados que ao final do exercício de 2015, tal procedimento será realizado conforme nossa recomendação.

02 - INFORMATIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PESSOAL DA ENTIDADE E SOCIAL

Mesmo não tendo a entidade uma quantidade expressiva de empregados, bem como um grande volume de serviços de departamento de pessoal, recomendamos que uma análise seja procedida no sentido de viabilizar uma reestruturação para uma melhor informatização do setor, para que se possam utilizar todos os recursos disponíveis no mercado, no sentido de agilizar e manter mais atualizado os serviços pertinentes à área.

Tendo em vista a grande demanda que advém com o e-social onde as informações serão armazenadas no ambiente nacional, possibilitando aos órgãos participantes do projeto, o acesso simultaneamente, para fins trabalhista, previdenciários, fiscais e de apuração de tributos.

A partir da competência janeiro de 2015 para os órgãos da administração direta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como suas autarquias e fundações.

03 - DIÁRIAS PARA VIAGEM

Constatamos que no exercício de 2014, conforme demosmos a seguir, foram pagas diárias à colaboradora Waldineide Barbosa da Silveira acima de 50% do seu salário e não foram incluídas nas respectivas folhas de pagamento, sem incidência, portanto, de tributação.

Meses	Diárias	Sal. Base
Jan	3.484	2.650
Mar	3.167	2.650
Abr	2.217	2.650
Set	1.583	2.650

Em vista do exposto, recomendamos doravante que todas as diárias para viagem passem a transitar pela folha de pagamento através de códigos específicos, sendo lançados nos proventos, como recebidas e nos descontos, como adiantamento de diárias, para que toda tributação quando houver passe a ser efetuada diretamente pelo sistema.

Esse procedimento quando lançando em folha de pagamento, tem o objetivo de corroborar no auxílio do preenchimento da DIRF que é uma obrigação acessória anual.

04 - PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

Verificamos que não foi elaborado pelo CRO-AC o plano de cargos e salários.

Vale ressaltar que para os fins previstos no § 2º do art. 461 da CLT, só é válido o quadro de pessoal organizado em carreira quando homologado pelo Ministério do Trabalho, excluindo-se, apenas, dessa exigência o quadro de carreira das entidades de direito público da administração direta, autárquica e fundacional aprovado por ato administrativo da autoridade competente.

Nos foi relatado que segundo informações obtidas junto ao TCU, o Conselho está isento de homologação do Plano. Sugerimos a obtenção de maiores informações e pesquisas sobre o assunto.

05 - ADMISSÕES POSTERIORES À VIGÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

“O regime jurídico das relações de trabalho no âmbito do CRO – AC é o disciplinado pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT”.

Não obstante, os Conselhos de fiscalização profissional possuem personalidade jurídica de entidade autárquica federal, e como tal, seus funcionários são equiparados a **servidores públicos**, para todos os efeitos legais. Neste sentido, cumpre-nos salientar que de acordo com a norma emanada do artigo 37 da Constituição Federal, *“A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, na forma prevista em Lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão”.*

É de se ressaltar que a matéria é controversa e tem sido objeto de inúmeras ações judiciais, e já foi levada à apreciação do Supremo Tribunal Federal.

A este propósito, cumpre-nos salientar que a Segunda Turma do STF, ao julgar o Agravo Regimental em Mandado de Segurança impetrado pelo CFO – Conselho Federal de Odontologia – através de Acórdão publicado DJE nº 221, em 11/11/2014 – Ata nº 168/2014, firmou o entendimento de que *“A admissão de pessoal em conselhos de fiscalização profissional deve se dar através de concurso público, ainda que este seja aplicado de forma simplificada e para contratação com vínculo celetista.”*

Ante o exposto, considerando que o CRO – AC admitiu neste exercício uma funcionária, sem a observância da regra constitucional supramencionada, depreende-se que as contratações efetivadas após a entrada em vigor da Constituição Federal (05/10/1988), são passíveis de anulação.

06 - ELABORAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE AUTÔNOMOS

Pelos testes realizados, observamos que vem atendendo as obrigações acessórias, quanto às retenções na fonte e informações nas SEFIP e DIRF.

07 - FÉRIAS – ABONO PECUNIÁRIO

Verificamos que o CRO-AC concede abono pecuniário (venda de 10 dias das férias) com solicitação através de formulário específico os empregados.

Considerando que de acordo com a legislação em vigor (Art. 143 § 2º da CLT), o abono pecuniário deve ser requerido até 15 (quinze) dias antes do **término do período aquisitivo**, sugerimos que para evitar futuros inconvenientes em caso de eventual fiscalização, esse prazo seja rigorosamente cumprido, e os comprovantes devem ser mantidos em arquivo para exibição à fiscalização, quando necessário.

08 - PROCESSOS EM TRÂMITE NA ÁREAS TRABALHISTA E CÍVEL

Segundo informações do Departamento Jurídico da Entidade, o Conselho não possui, no momento, qualquer tipo de reclamação trabalhista e cível em andamento.

09 - EXTINTORES DE INCÊNDIO

Constatamos que os extintores de incêndio do Conselho estão dentro da validade.

10 - COMPOSIÇÃO PESSOAL

O Conselho possui apenas 4 colaboradores.

11- PCMSO e PPRA

Não vêm sendo elaborados.